

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Relações entre Minas Gerais e o poder central na Política Imperial (1870-1889)**. (FFLCH-USP- FAPESP) Mestranda em História Econômica.

Resumo.

O objetivo deste trabalho é analisar a participação da província mineira na configuração do sistema político imperial no período de crise final do regime monárquico e do processo final de emancipação da escravatura. Minas Gerais possuía um expressivo colégio eleitoral e significativa participação nas estruturas de poder do regime monárquico, além de ser formada por um mosaico de regiões, cujos interesses eram distintos e conflitantes. Analiso as relações entre as elites regionais representadas na Assembléia Provincial e a ação e discurso do poder central representado pelos presidentes da província, entre 1870 e 1889. Sustento a idéia de que a tarefa dos administradores provinciais no sistema político imperial era buscar apoio de grupos regionais para fortalecer a política do governo central, e não propriamente impor diretrizes de uma elite encastelada no aparato de estado construído na Corte. A análise dos Relatórios e Falas do executivo provincial mineiro possibilitou compreender o direcionamento da política econômica do governo e pontuar importantes elementos para a compreensão das relações entre Executivo e Legislativo a nível regional. Possibilitou, também, o entendimento das relações entre poderes regionais e poder central na política imperial, tomando a província de Minas como caso específico na análise do jogo político imperial.

X-X-X-X-X-X-X-X-X

Os estudos sobre as relações entre os grupos regionais e o Estado no século XIX têm dado destaque à tese da imposição de um projeto político de uma elite centralizada sobre os interesses “míopes” de grupos localistas. Estas análises desconsideram o papel das elites regionais no processo de formação do Estado nacional e, muitas vezes, advogam a idéia de oposição e distanciamento entre os interesses de grupos regionais e do Estado. Um dos objetivos deste trabalho é o de compreender, num primeiro momento, o discurso e a ação política dos presidentes da província mineira entre 1871 e 1889, tendo como pano de fundo a análise das relações entre Estado e sociedade no século XIX. Mas também objetivo apreender a relação entre o discurso e a prática do executivo mineiro com a Assembléia Provincial, suas negociações,mas também os conflitos.

Nessa pesquisa, analisei o discurso dos presidentes da província de Minas Gerais no que se refere às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento provincial. Argumentei que o discurso dos presidentes de província pautava-se na defesa da produção agro-exportadora, de modo que estes presidentes procuravam conseguir o apoio de setores mais amplos ao seu projeto político. O discurso veiculado em torno do desenvolvimento provincial estava condicionado à idéia do desenvolvimento da agricultura de exportação. Por isso, os administradores procuravam sempre formular suas propostas de desenvolvimento, de modo a evitar que outras propostas viessem à tona. A legislação exigia dele que executasse as diretrizes estipuladas pelo gabinete que o indicara para ser nomeado e assegurasse o cumprimento das leis, sobretudo da Constituição. Essas contingências o faziam se envolver em numerosos assuntos, sendo que o principal deles era gerar dividendos eleitorais para o gabinete ministerial.

No sistema político imperial, os administradores freqüentemente precisavam do apoio dos deputados nas Falas, para que seus projetos fossem votados e sofriam pressões na hora de prestar contas à Assembléia provincial, das ações do seu governo nos Relatórios. O governo sempre vencia as eleições durante o Império, mas em alguns momentos, os presidentes de província governavam com assembléias constituídas majoritariamente por políticos da oposição. É necessário considerar o jogo político imperial, as negociações em que se envolviam os presidentes de província, mas não se pode desconsiderar que os presidentes de província se viam como delegados dos gabinetes ministeriais pelos quais eram nomeados, e não como representantes regionais.

Introdução.

Minas e a Política Imperial.

Para vários estudiosos, a emancipação política do Brasil e a construção do Estado nacional resultaram da imposição de um projeto político concebido por uma fração da elite dominante sobre os interesses de grupos rivais. Este projeto político teria como objetivos principais: a manutenção da unidade territorial e o apoio à produção e comercialização de gêneros agrícolas de exportação, o que incluía a continuidade da escravidão e do regime de concentração fundiária.¹ Nesse intuito, grupos articulados em torno do aparato estatal montado

¹ MATOS, Ilmar Rohlhoff de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. 4ª ed., Rio de Janeiro: Acces, 1999; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

pela antiga metrópole no Rio de Janeiro assumiram o controle do governo e promoveram a centralização político-administrativa como forma de evitar o fortalecimento de grupos contrários, interessados em adotar o federalismo e empreender reformas de cunho social e político. Mais recentemente, alguns pesquisadores têm questionado esta interpretação, argumentando que a política imperial não se caracterizou pela imposição de um projeto gestado no Rio de Janeiro sobre interesses regionais, mas da negociação entre os grupos rivais e até mesmo da participação das elites regionais no governo central.²

Apesar da maioria dessas interpretações se concentrarem especialmente nas primeiras décadas do século XIX, as implicações analíticas decorrentes dessas vertentes explicativas sobre a formação do Estado nacional brasileiro têm lançado luzes para o entendimento da política imperial de todo o período monárquico. Mesmo assim, é necessário apresentar algumas peculiaridades do Segundo Reinado que merecem ser destacadas. O período compreendido entre 1870 e 1889 é um dos mais importantes na História do Brasil, pois no seu transcurso operou-se o processo final de emancipação da escravatura, concretizado em 1888, e a crise final do regime monárquico. Houve, ainda, várias tentativas de reforma do Estado, que resultaram, por exemplo, em modificações na legislação eleitoral, no recrutamento militar e na lei de locação de serviços ou em crises como a Questão Religiosa e a Questão Militar. As campanhas pela abolição da escravatura e pela imigração européia mobilizaram parte significativa da opinião pública de algumas regiões, expondo fragilidades do regime monárquico e a necessidade de reformas sociais e políticas mais profundas.³ Diversas revoltas localizadas eclodiram no país, como a Revolta do Quebra-Quilo, Revolta do Rasga-Lista e Revolta do Vintém, sem falar nas tensões provocadas por escravos e imigrantes nas áreas cafeeiras.

A província de Minas Gerais não esteve alheia a estas crises, uma vez que possuía um expressivo colégio eleitoral e significativa participação nas estruturas de poder do regime monárquico, além de ser formada por um mosaico de regiões, cujos interesses eram distintos e, muitas vezes, conflitantes.⁴ Sua economia diversificada a particularizava em relação às demais

² DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

³ Em estudo que se tornou clássico, Emília Viotti da Costa denominou o período 1870-1889 de “Era da Reforma”. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: the age of reform (1870-1889)*. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin American*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. vol. 5. p. 725-777.

⁴ MARTINS, Roberto Borges, **A economia escravista de Minas no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. Resumo da tese de doutorado. pp. 2; SLENES, Robert. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 18(3): 449-495, set./dez., 1988; LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho escravo em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. pp.7; PAIVA, Clotilde Andrade, GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de Contrastes: Economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. X Seminário sobre a Economia Mineira**. CEDEPLAR-UFMG; GODOY, Marcelo Magalhães e CUNHA, Alexandre Mendes. “O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX.” [on-line] Disponível na internet

da região centro-sul, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, caracterizadas pela dependência em relação a um único produto de exportação: o café. Todavia, algumas de suas regiões, principalmente o Sul e a Zona da Mata, foram fortemente influenciadas pela produção cafeeira e, conseqüentemente, pelos interesses dos grupos envolvidos na sua produção e exportação.

Os Relatórios do executivo apresentam descrições detalhadas do estado em que se encontrava a província e apontam questões relevantes ao desenvolvimento regional a serem levadas em conta nas reuniões da Assembléia Provincial. Já os Anais do legislativo registram os debates dos deputados sobre estes mesmos temas, o que se dava através da apresentação e discussão de projetos de lei. A relação entre a assembléia provincial e a presidência da província era intensa, até porque os relatórios e falas dos presidentes eram confeccionados para serem apresentados aos deputados. Não por acaso, os debates sobre o orçamento provincial e o traçado de ferrovias eram os mais acalorados, pois envolviam vários interesses.

O objetivo deste trabalho, decorrente de minha pesquisa de mestrado ainda não concluída sobre a política provincial mineira, é compreender as relações entre os interesses regionais representados pelos deputados provinciais mineiros e o poder de intervenção dos delegados do poder central na definição e nos rumos da política econômica regional. Argumento que os administradores do executivo provincial mineiro exerciam uma dupla função de negociadores no âmbito provincial, mas também de agentes dos interesses do governo central na província mineira. Uma função não necessariamente excluía a outra.

Até o momento, a pesquisa avançou no sentido de compreender o discurso e os limites do discurso dos administradores da província na formulação de políticas públicas visando ao progresso de Minas Gerais. Ainda são inconclusos os estudos dos Anais e das políticas públicas formuladas pelos deputados provinciais, de modo que as relações entre estas duas instâncias de poder ainda estão em fase de análise.

Os Relatórios Presidenciais e a Cafeicultura na Zona da Mata.

As questões mais recorrentes nos Relatórios e Falas diziam respeito ao desenvolvimento da agricultura nas diversas regiões da província, às condições das estradas de rodagem e ao traçado de novas rodovias e ferrovias. Enfim, eram temas relacionados ao desenvolvimento da

via://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf. Em: 28/06/2005. GRAÇA FILHO, A. A. “O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional.” In: **Revista Tempos Gerais**. Nº 3, Maio de 2001. pp. 40-57. <http://www.ufsj.edu.br/Pagina/temposgerais/n3/html.html>. [Extraído em: 27/11/2007; CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: Istvan Iancso. (Org.). **De um Império a Outro**: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX (NO PRELO). São Paulo: Hucitec, 2007.

economia provincial e vinham sempre carregados de opiniões que podiam tanto corroborar como contrariar interesses dos grupos econômicos, sociais e políticos estabelecidos nas várias regiões da província. Os administradores discutiam o tipo de agricultura que era praticada em determinada região, as regiões em que este ou aquele tipo de agricultura não se desenvolvia etc.

Apesar da ênfase na diversidade econômica da província, os administradores manifestaram a predileção por uma atividade específica. O relato aparentemente objetivo apresentado pelos presidentes parece indicar que eles se limitavam a registrar fielmente as condições em que se encontravam cada atividade. No entanto, a constatação da diversidade era também uma forma de hierarquizar os diversos setores, apontando qual deles seria o setor econômico fundamental na elaboração de propostas visando o desenvolvimento provincial.⁵ Consideravam a agricultura a única atividade capaz de gerar excedentes que dinamizassem os demais setores da economia.

Por exemplo, os administradores trataram com maior interesse a questão do estado da atividade manufatureira na província do que da extração aurífera e da mineração de ferro. Entretanto, como o desenvolvimento das manufaturas dependia da produção agrícola, preconizavam o apoio a este último setor da economia como forma de garantir o progresso de Minas Gerais. Mas, ao se referirem à agricultura, eles faziam questão de estabelecer a diferença entre uma agricultura que eles chamam de "subsistência", que servia apenas para o consumo local, apesar de um lento desenvolvimento em localidades como o Norte de Minas (o algodão), e a atividade cafeeira para a exportação presente na Zona da Mata, região tida por eles como a "mais importante de Minas".

Entre as medidas mais defendidas pelos presidentes da província para a melhoria da agricultura estava a construção de ferrovias e de escolas agrícolas. A discussão sobre o traçado de ferrovias é particularmente um dos momentos em que mais se discutiu o benefício da agricultura de exportação, exatamente pelo fato da malha ferroviária ter sido a espinha dorsal da economia exportadora, pela necessidade de escoamento dos produtos agrícolas. A construção da

⁵ O fato de os Relatórios e Falas apresentarem temas recorrentes, ênfases e silêncios em relação a determinados assuntos; análises mais extensas sobre alguns assuntos e mais sucintas sobre outros; propostas para superação dos problemas que afetavam um ramo de atividade e omissões em relação àqueles próprios de outros ramos, enfim, tudo isso indica que tais fontes não podem ser tomadas como relatos técnicos, objetivos e imparciais acerca da situação econômica e administrativa da província. Estas fontes, ao contrário do que aparentam, deixam entrever o jogo político inerente à elaboração e condução da política econômica provincial e imperial. A impressão que se tem, ao primeiro contato com os Relatórios e Falas dos presidentes de província, é de que se tratam de textos de caráter técnico, ou seja, que descrevem as ações da administração provincial, no caso dos Relatórios, e que orientam os deputados sobre as necessidades da administração, quando se trata das Falas. Entretanto, é possível perceber em ambos uma maior recorrência de alguns temas em detrimento de outros, descrições mais extensas e outras mais breves, o que nos dá indícios sobre os interesses dos presidentes. Portanto, não se deve tomar nem mesmo os trechos dos Relatórios que são aparentemente mais descritivos, pelo prisma de uma suposta objetividade. É necessário prestar atenção até mesmo na própria ausência de determinadas questões, quando o que se quer compreender são os interesses políticos e econômicos em jogo naquele momento.

Estrada de Ferro de Leopoldina gerou grande polêmica, que se estendeu por vários anos. Uma das controvérsias teria sido a decisão do presidente Pedro Vicente de Azevedo de modificar o traçado original, impedindo que a ferrovia passasse pela cidade de Leopoldina. Para o presidente, esta modificação encurtaria o trajeto da ferrovia, o que significaria uma economia para os cofres públicos. Além disso, o terreno anteriormente traçado seria muito acidentado e improdutivo. Respondendo aos que consideravam a mudança do traçado original um prejuízo para o comércio de Leopoldina, o presidente afirmou:

Se a cidade de Leopoldina é por ventura prejudicada com o afastamento da estrada, cumpre atender por outro lado que este fato traz lucros à lavoura, à empresa e aos cofres públicos, e não estamos ainda em circunstâncias de fazer estradas de ferro, que prefiram o comércio das cidades aos interesses da lavoura; porquanto esta é quase que a nossa única fonte de rendas, e não temos e nem poderemos ter tão cedo cidades que por sua indústria possam, já não digo sustentar por si caminhos de ferro, mas obrigar estes a deixar em seu proveito, aliás incerto e falível, os produtos conhecidos de uma agricultura já feita e que se aumentará infalivelmente com as facilidades de transporte e de consumo.⁶

Estas palavras do presidente explicam a ênfase dos administradores nos assuntos relacionados com a agricultura e a aparente descrença em relação à contribuição da exploração mineradora e mesmo manufatureira para o desenvolvimento regional.

Um exemplo da preferência pela agricultura de exportação encontra-se nos relatos de Antônio Gonçalves Chaves. Este presidente afirmou que a província se dividia em duas zonas distintas: a "região da mata" que praticava a grande cultura e a "região dos campos", que praticava a indústria pastoril e quase exclusivamente a cultura de cereais. Referindo-se à Zona da Mata, o presidente afirmou que esta era a região mais importante de Minas do ponto de vista do desenvolvimento da produção agrícola que concorria nos grandes mercados. Sobre a "região dos Campos", o presidente argumentou que a agricultura não teria passado do período doméstico, produzindo quase exclusivamente para o consumo. Apesar disso, o presidente apontou um produto no qual era notável um movimento ascendente - o algodão - e afirmou que este gênero vinha se desenvolvendo em larga escala, principalmente na região norte, em cidades como Curvelo, Montes Claros, Pitangui, Araçuaí, Grão-Mogol, Rio Pardo, Salinas e Boa Vista.

⁶ AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa de Minas Gerais por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875 pelo Ilm. E Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província*. Ouro Preto: Typ. J. F. de Paula Castro, 1875, p. 31-32.

Entretanto, afirmou que a indústria manufatureira era apenas incipiente, e o cultivo da terra era a base da riqueza provincial. E mesmo quando este presidente se referiu ao dinamismo na indústria manufatureira, usou-o para falar do desenvolvimento da produção algodoeira no Norte, sempre relacionando progresso com cultivo da terra. Enfim, o presidente relacionou o desenvolvimento econômico da região ao desenvolvimento agrícola. É como se aquele não pudesse existir sem este.⁷

Referindo-se à Zona da Mata como a região “mais importante de Minas”, o presidente Joaquim J. de Santana⁸ afirmou que ela achava-se servida por vias férreas que facilitavam a produção e concorrência nos grandes mercados. Porém, o ensino profissional era uma questão muito pouco pensada, por não só interessar à constituição intrínseca da lavoura como vir resolver a crise econômica da transformação do trabalho ao combater o problema dos defeitos da rotina na monocultura. Apesar de associar a monocultura ao defeito da rotina, este presidente também relacionou o ensino profissional a uma necessidade da atividade agrícola na Zona da Mata se desenvolver e considerava esta a região mais importante de Minas.

Outro presidente, João Florentino Meira de Vasconcelos,⁹ deu exemplos do tipo de agricultura privilegiada nos Relatórios ao condenar a criação de uma escola agrícola na região de Ouro Preto. Este administrador condenou a instalação da escola, pelas condições do solo da região, pouco propícia ao desenvolvimento da cultura agrícola, sendo a maior parte dele propícia à horticultura. Na opinião do presidente, uma escola agrícola em Minas deveria ser colocada nos lugares em que as terras fossem utilizadas no plantio do café e da cana, que são as suas culturas mais importantes, estimulando o aumento da produção. O presidente Meira de Vasconcelos expôs a opinião de um engenheiro, argumentando que apenas se poderia ensinar o cultivo de plantas de produção alimentícias como o do milho, do feijão, do arroz, da mandioca. No entanto, o presidente afirmou que o terreno não era propício ao ensino da cultura destes produtos que constituem a principal riqueza do país, como o café, a cana de açúcar, o fumo, de modo que seria inútil a criação dessa escola em tal localidade.

O discurso veiculado em torno do desenvolvimento provincial estava condicionado à idéia do desenvolvimento da agricultura de exportação. Por isso, os administradores procuravam sempre formular suas propostas de desenvolvimento, de modo a evitar que outras propostas viessem à tona. A legislação exigia dele que executasse as diretrizes estipuladas pelo gabinete que o indicara para ser nomeado e assegurasse o cumprimento das leis, sobretudo da

⁷ CHAVES, Antonio Gonçalves. *Op. cit.* p. 82.

⁸ SANT'ANNA, Joaquim José de (Cônego). *Op. cit.* p. 26.

⁹ VASCONCELLOS, João Florentino Meira de. *Op. cit.* p.49.

Constituição. Essas contingências o faziam se envolver em numerosos assuntos, sendo que o principal deles era gerar dividendos eleitorais para o gabinete ministerial.

No sistema político imperial, os administradores freqüentemente precisavam do apoio dos deputados nas Falas, para que seus projetos fossem votados e sofriam pressões na hora de prestar contas à Assembléia provincial, das ações do seu governo nos Relatórios. O governo sempre vencia as eleições durante o Império, mas em alguns momentos, os presidentes de província governavam com assembleias constituídas majoritariamente por políticos da oposição. É necessário considerar o jogo político imperial, as negociações em que se envolviam os presidentes de província, mas não se pode desconsiderar que os presidentes de província se viam como delegados dos gabinetes ministeriais pelos quais eram nomeados, e não como representantes regionais. Considero, portanto, que pelo menos o discurso dos administradores, nos Relatórios e Falas presidenciais consistia em defender os interesses do governo central nas províncias, apesar de nem sempre coincidir com a ação política destes na condução do jogo político imperial.¹⁰

Os Presidentes da Província: entre o discurso e a prática política.

Os administradores mineiros freqüentemente sustentavam a necessidade de racionalizar gastos, adotando medidas que definissem preliminarmente rotas para o benefício da economia provincial. Isto, segundo eles, eliminaria concessões feitas pela Assembléia Provincial sem o devido rigor, o que equivale dizer, em proveito de particulares. João Capistrano Bandeira de Mello¹¹, por exemplo, argumentou que muitas das concessões feitas para estradas de ferro eram irrealizáveis pela sua própria natureza e condições, e que era não seria possível que a maior parte dessas concessões encontrasse quem as quisesse tomar, pois as direções daquelas estradas eram quase absurdas, e por outro lado “os capitais deficientíssimos”. Sobre as estradas de ferro, afirmou:

não bastava construí-las; era necessário que fossem abertas onde o interesse as reclamasse; que fossem dirigidas segundo as necessidades do transporte; que as melhores e mais multiplicadas se achassem nos lugares em que a indústria era mais desenvolvida e as relações mais ativas. Todo o caminho era um meio, e para que o meio

¹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

¹¹ MELLO, João Capistrano Bandeira de. Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por ocasião da installação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura, dirige o ilm. e exm. sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma provincia, em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto, Typ. de J. F. de Paula Castro, 1877. p. 82-90.

fosse habilmente escolhido, era mister que se achasse em relação com o uso que se pretendia fazer; o melhor deles, considerado de uma maneira abstrata, não era sempre o melhor em tal circunstância dada.¹²

Nesse mesmo sentido de defesa da racionalização da administração e dos cofres públicos, Teófilo Otoni afirmou que foi contratada a construção de diversas estradas de ferro e a algumas delas o governo franqueou subvenções quilométricas ou garantia de juros. O presidente alertou para a perturbação econômica que a multiplicidade de concessões de estradas de ferro traria à província, se elas não fossem subordinadas a um plano geral de viação.¹³ Segundo Teófilo Otoni:

muitas empresas foram autorizadas, muitos contratos celebrados, cada qual para determinada circunscrição, mas sem constituírem seções classificadas de um todo harmônico, planejado sobre o justo acordo das necessidades itinerárias e comerciais da província. As garantias de juros e as subvenções quilométricas subiram a tal ponto que se todas tivessem de ser realizadas, os recursos do erário e do crédito seriam insuficientes. Houve zona que, comportando apenas uma estrada de ferro, viu-se com duas consumindo uma larga dose de sua atividade.¹⁴

Nessa mesma linha de crítica aos gastos excessivos com a construção de ferrovias, Antônio Gonçalves Chaves¹⁵ afirmou que uma das preocupações era o traçado que seguia as vias férreas, estendendo-se pelo território da província quase que sucessivamente, sem plano geral de antemão adotado. Dirigindo-se à Assembléia provincial, o presidente afirmou que a prudência e a sabedoria dos decretos do legislativo resolveriam gradualmente este problema, tendo em vista o equilíbrio dos orçamentos e também os interesses muito respeitáveis das empresas.

Antônio Gonçalves Chaves¹⁶ argumentou também que o esforço no sentido de acelerar por todo o território mineiro a viação férrea colocou a província em situação difícil. E alegou que tão elevados empenhos da província com relação às subvenções e garantias de juros às estradas de ferro deveriam despertar sérias apreensões em todos. Estes deveriam refletir sobre as

¹² *Idem.* pp. 89.

¹³ OTTONI, Theophilo. *Op. cit.* 1882. p.39-40.

¹⁴ *Ibidem.* p. 40.

¹⁵ CHAVES, Antonio Gonçalves. *Op. cit.* p. 74-82.

¹⁶ CHAVES, Antonio Gonçalves. *Op. cit.* p. 93.

conseqüências inevitáveis de tão larga liberdade e confiança da parte dos poderes públicos provinciais, se não fosse corrigido esse estado de coisas por medidas acertadas.

Referindo-se ao seu relatório anterior que trato logo acima, o presidente afirmou que preconizou a política que pedia aos agentes do trabalho, entre os quais seria um dos mais poderosos, a viação acelerada, o crescimento da riqueza pública, mas estabeleceu como limite a essa política o equilíbrio orçamentário. Pois era justamente esse equilíbrio que o administrador apontou como comprometido e com ele as fontes de renda, se medidas salutare referentes a estradas de ferro não viessem em auxílio das finanças provinciais. Uma dessas medidas que sugeriu foi a da revogação de todas as concessões que não estivessem firmadas em contratos, e algumas de fato caducas.

Os Relatórios e Falas dos presidentes de província ajudam a apreender o discurso de racionalização dos administradores, mas também oferecem elementos importantes para a percepção dos limites a esse discurso, num momento em que esses defensores do governo central desempenhavam práticas clientelistas que beneficiavam interesses de grupos locais. O exemplo da desenfreada concessão de ferrovias denuncia tal prática no governo provincial. A preocupação comum dos presidentes de província em frear os gastos públicos com a construção de ferrovias, induzia-os a se preocuparem com uma reflexão no sentido de formular um plano geral de viação férrea que contivesse os inúmeros pedidos de concessões de ferrovias.

Entretanto, os presidentes não conseguiram produzir tal plano que racionalizasse os traçados considerados necessários ao desenvolvimento da província. O que parece indicar que, na prática, esse distanciamento entre os interesses locais e os objetivos estatais, nem sempre existia. O que percebo mais claramente é que a defesa da racionalização dos gastos públicos na construção de ferrovias, por exemplo, ficava apenas no plano do discurso. A crítica feita pelos administradores, no que tange aos gastos elevados com ferrovias mostra que os governos provinciais aprovavam medidas que beneficiavam grupos regionais, onerando os cofres públicos. Vale frisar que a prova disso é a presença de enorme quantidade de concessões expedidas para a construção de estradas de ferro, sem o devido rigor que, no discurso, os presidentes tanto pregavam. Apesar de se sustentar enquanto instituição impessoal, numa linguagem que legitimava uma verdade, ou seja, a defesa na construção de projetos que beneficiassem a agroexportação, a administração provincial não conseguia se manter tal qual o seu discurso, pois muitas vezes agia de modo a favorecer particulares.

O discurso presente nos Relatórios e Falas apontou para uma dificuldade em seguir critérios racionais, quando o que se via era uma enorme quantidade de concessões de ferrovias expedidas, sem nenhum planejamento, mas possivelmente, expedidas com o intuito de

beneficiar a particulares. As críticas à concessão de ferrovias continuavam, ao nível do discurso nos Relatórios e Falas, mas não era posto um fim à prática desenfreada da concessão destas.

Portanto, argumento que a ação política dos presidentes demonstra o poder das elites regionais em fazer valer os seus interesses, mesmo quando o executivo provincial defendia interesses contrários aos seus. Enfim, estes grupos dominantes locais atuavam de modo a limitar o discurso do poder central, representado pelos presidentes de província. E os presidentes de província agiam de acordo com as condições políticas propícias para determinada atitude. Muitas vezes, suas propostas sofriam tantas pressões que os presidentes não conseguiam colocá-las em prática.

É nesse sentido que, apesar da preocupação dos presidentes em frear os gastos com ferrovias – o que não conseguem -, é unanimidade entre os presidentes e os deputados provinciais a idéia de que as ferrovias é a solução para o desenvolvimento de Minas, a máquina do progresso dessa província central que não tem outro meio de exportar seus produtos, por não possuir ligação com o mar, senão riscando o seu território com o traçado das ferrovias que liguem suas áreas produtoras à Corte especialmente, mas também a outras províncias. Em discurso de defesa da criação de uma ferrovia no Sul de Minas no ano de 1872, afirmou o deputado Batista Pinto:

...se sairmos da nossa província, e entrarmos na de S. Paulo e do Rio de Janeiro observaremos vida e animação. E porque, Sr. Presidente? Porque, quer na província de S. Paulo, quer na do Rio de Janeiro há boas estradas, por onde os produtos chegam ao mercado com facilidade. E quando isto se dá nas províncias vizinhas, o que se vê entre nós? A agricultura definhando, porque a produção não pode chegar ao mercado senão com uma despesa tamanha, pois que o custo do frete absorve muitas vezes o valor dos gêneros. Este resultado é desanimador; faz com que os agricultores se limitem a plantar o gêneros, que são necessários a seu consumo. Assim, pois, Srs., o que nos cumpre fazer para remediar este mal é dotar a província com boas estradas e pontes, (apoiados) porque assim auxiliaremos a riqueza particular, e auxiliando a riqueza particular, faremos avultar a riqueza pública.¹⁷

São vozes coincidentes argumentando a todo o momento a importância da criação de uma malha ferroviária como vital para o desenvolvimento da província mineira. Parece mesmo que o grande problema a ser resolvido pelos políticos mineiros de fins do Império teria sido o de

¹⁷ ANNAES da Assembléa Provincial de Minas-Geraes, primeiro anno da décima nona legislatura. Sessão de 1872. Ouro Preto Typografia do – echo de Minas. 1874. p. 157.

suprir a província com uma malha ferroviária eficiente para o escoamento da produção para outras províncias.

Considerações finais: o jogo político provincial.

Os estudos sobre as relações entre os grupos regionais e o Estado no século XIX têm dado destaque à tese da imposição de um projeto político de uma elite centralizada sobre os interesses “míopes” de grupos localistas. Estas análises desconsideram o papel das elites regionais no processo de formação do Estado nacional e, muitas vezes, advogam a idéia de oposição e distanciamento entre os interesses de grupos regionais e do Estado. Um dos objetivos deste trabalho é o de compreender, num primeiro momento, o discurso e a ação política dos presidentes da província mineira entre 1871 e 1889, tendo como pano de fundo a análise das relações entre Estado e sociedade no século XIX. Mas também objetivo apreender a relação entre o discurso e a prática do executivo mineiro com a Assembléia Provincial, suas negociações,mas também os conflitos.

Para entendermos melhor o alcance da proposta dos presidentes, é necessário compreender o jogo político no qual se estruturava a administração provincial. Os governos provinciais eram compostos pela presidência da província e pelas Assembléias legislativas. Os administradores provinciais representavam o poder central, enquanto os deputados provinciais eram eleitos pelos grupos dominantes locais. Mas isso teoricamente, porque, para conseguir governar e encaminhar muitas de suas propostas, os presidentes eram levados, muitas vezes a pactuar com os representantes das Assembléias provinciais e vice-versa. O poder do presidente de impedir determinado projeto aprovado pela câmara estava condicionado a uma negociação com pelo menos parte da elite regional representada na Assembléia, para ganhar apoio para seu veto.

A análise baseada num estudo do discurso e da prática do governo provincial mineiro ajudou a entender os meandros da política provincial. O discurso dos presidentes era guiado por uma pretensa objetividade, calcada no princípio de racionalização da máquina burocrática, e baseava-se na defesa da política econômica de apoio à agricultura de exportação. Mas os limites desse discurso revelaram a defesa clientelista de interesses específicos na condução da administração provincial. A ação política dos presidentes demonstrou o poder das elites regionais em fazer valer os seus interesses, mesmo quando o executivo provincial defendia interesses contrários aos seus. Enfim, estes grupos dominantes locais atuavam de modo a limitar o discurso do poder central, representado pelos presidentes de província.

Em suma, argumento que, para a apreensão da complexidade das relações de poder entre centro e regiões, é necessário que a análise se pautar sobre os elementos da ação e do discurso político, de modo que se permita identificar os limites a esse discurso. Os Relatórios e Falas dos presidentes de província são fontes fundamentais à compreensão do papel desempenhado por este agente do Governo central. É nos Relatórios e Falas que os presidentes procuravam advogar as propostas de desenvolvimento econômico calcadas na defesa da agricultura de exportação. Portanto, tais fontes possibilitaram a compreensão de um viés do jogo político imperial, o do discurso político dos administradores e da defesa dos interesses do governo central. Mas também permitiram que se pudesse pontuar elementos que identificaram os limites desse discurso.

A análise dos Relatórios e Falas do executivo provincial mineiro possibilitou compreender alguns elementos acerca do direcionamento da política econômica do Governo Imperial e as divergências e conflitos provocados quando um assunto atingia diretamente interesses das elites regionais. O trabalho com os Relatórios e Falas dos presidentes de província é especialmente útil porque eles expressam o discurso do poder executivo provincial. Mas, além disso, permitem vislumbrar outros discursos que emergem dos possíveis conflitos que possam ter sido gerados na argumentação dos presidentes a respeito de determinado tema eleito como importante ao desenvolvimento da agricultura provincial.

Os presidentes, por vezes, eram obrigados a abdicar de seu papel de agentes do Estado central para obter a adesão de grupos regionais e conseguir governar da melhor forma possível. O discurso de racionalização presente na preocupação dos presidentes em frear os gastos públicos e tornar efetivo um plano de viação férrea encontrava seus limites nas críticas efetuadas pelos próprios presidentes quanto à desregrada concessão de ferrovias. As negociações reforçavam os laços entre estes dois setores, apesar da divergência de interesses. As elites regionais representadas na Assembléia Legislativa Provincial promoviam arranjos com os presidentes de província, o que demonstra que a presença desses agentes do governo central era necessária à satisfação dos interesses dos grupos regionais. Tudo isso nos levou a concluir que o presidente de província desempenhava o duplo papel de negociador no âmbito provincial, mas também de agente dos interesses do governo central na província mineira. Uma função não necessariamente excluía a outra.

Bibliografia Citada.

MATOS, Ilmar Rohlhoff de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. 4ª ed., Rio de Janeiro: Acces, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: the age of reform (1870-1889). In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin American*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. vol. 5. p. 725-777.

MARTINS, Roberto Borges, *A economia escravista de Minas no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. Resumo da tese de doutorado.

SLENES, Robert. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3): 449-495, set./dez., 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho escravo em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade, GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *X Seminário sobre a Economia Mineira*. CEDEPLAR-UFMG.

GODOY, Marcelo Magalhães e CUNHA, Alexandre Mendes. “O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX.” [online] Disponível na internet via://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf. Em: 28/06/2005.

GRAÇA FILHO, A. A. “O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional.” In: *Revista Tempos Gerais*. Nº 3, Maio de 2001. pp. 40-57. <http://www.ufsj.edu.br/Pagina/temposgerais/n3/html.html>. [Extraído em: 27/11/2007.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: Istvan Jancso. (Org.). *De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX (NO PRELO)*. São Paulo: Hucitec, 2007.